

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas para nova apreciação em sede de generalidade

3.1. Projeto de Lei 607/XIII

Projeto de Lei	607	XIII	3	<u>Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário</u>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-12-15	PCP
----------------	-----	------	---	--	---------------------------------------	------------	-----

3.2. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento do PSD

3.3. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

3.4. Pedido de audiência do Presidente da Direção da APROCES Associação de Professores de Ciências Económicas-Sociais

3.5. 3.5. Relatório da audiência a professores da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal de Torres Vedras

3.6. Convite para participação no debate sobre as conclusões finais de avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior

4. Audiência à Ordem dos Psicólogos, sobre a intervenção das/os psicólogas/os em contexto educativo

5. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

5.1. Petição Nº 440/XIII/3 - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

- Deputado Relator: PSD

6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

6.1. Petição 360/XIII/2.ª - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

- Deputada Relatora: Manuela Tender (PSD)

7. Fixação de redação final de Projetos de Resolução aprovados

7.1. Proposta de texto de fusão para os seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 1156/XIII/3.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore orientações, com carácter vinculativo, sobre a organização e o funcionamento dos bufetes escolares, assegurando uma maior qualidade das refeições fornecidas;
- Projeto de Resolução n.º 1162/XIII/3.ª (PCP) – Recomenda ao Governo que assegure uma boa gestão das cantinas escolares.

7.2. Projeto de Resolução n.º 1194/XIII/3.ª (PAN) – Recomenda ao Governo a promoção de medida de apoio aos bolseiros de investigação, nomeadamente a atualização do valor das bolsas de investigação científica.

7.3. Proposta de texto de fusão para os seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 1172/XIII/3.ª (PCP) - Propõe medidas de combate à precariedade e contratação efetiva dos técnicos especializados na escola pública;
- Projeto de Resolução n.º 1173/XIII/3.ª (PCP) – Recomenda a criação dos grupos de recrutamento que correspondam às funções de docência dos técnicos especializados;
- Projeto de Resolução n.º 1176/XIII/3.ª (BE) - Valorização e dignificação dos técnicos especializados das escolas públicas;
- Projeto de Resolução n.º 1179/XIII/3.ª (PEV) - Combate à precariedade contratual de técnicos especializados na escola pública.

7.4. Projeto de Resolução n.º 1175/XIII/3.ª (BE) - Avaliação das consequências do processo de fusão das carreiras da Administração Pública nas escolas

8. Outros Assuntos

8. Data da próxima reunião

- 31 de janeiro de 2018, 10h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A reunião foi presidida pela Deputada Margarida Mano, do PSD, Vice-Presidente da Comissão.

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

Não foi disponibilizada a ata da reunião anterior.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas para nova apreciação em sede de generalidade

Projeto de Lei	607	XIII	3	<u>Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário</u>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-12-15	PCP
----------------	-----	------	---	--	---------------------------------------	------------	-----

A Presidente em exercício lembrou que o Projeto de Lei em causa foi discutido no Plenário e não foi votado, tendo baixado à Comissão em 15/12/2017, por 45 dias, para nova apreciação na generalidade, prazo que termina em 9 de fevereiro. A Deputada Ana Mesquita (PCP) informou que vão apresentar uma proposta para a tramitação a desenvolver, tendo em vista a sua apreciação na reunião seguinte da Comissão.

3.2. Audições do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Informou depois que no dia 31 de janeiro terá lugar a audição do Ministro por requerimento do PSD e no dia 28 de fevereiro a audição regimental, iniciando-se ambas às 10 horas.

3.3. Pedido de audiência do Presidente da Direção da APROCES, Associação de Professores de Ciências Económicas-Sociais

O pedido de audiência da APROCES, no sentido de partilhar a visão e missão e estabelecer formas de colaboração, que permitam aos alunos desenvolver competências que lhe são fundamentais e indispensáveis para responderem eficazmente aos desafios colocados pela atual sociedade global e no pleno exercício de uma cidadania interveniente e responsável, foi distribuído ao PSD, tendo a Deputada Germana Rocha (PSD) informado que indicariam posteriormente um Deputado para presidir à reunião.

3.4. Relatório da audiência a professores da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, de Torres Vedras

O relatório foi aprovado, por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.6. Convite para participação no debate sobre as conclusões finais da avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior

A Presidente da Comissão em exercício informou que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior convidou os Deputados para o debate sobre as conclusões finais de avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior, que vai ter lugar no dia 9 de fevereiro, das 14h30 às 17h30, bem como para o almoço que o antecede, pedindo resposta até ao dia 2 de fevereiro. Indicou ainda que o debate vai decorrer em inglês, não havendo interpretação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou como se processava a participação institucional dos Deputados e se haveria uma distribuição prévia das conclusões da avaliação. A Presidente em exercício informou que no debate realizado sobre as conclusões intercalares tinha havido intervenções dos mesmos no momento de debate destinado a toda a assistência. Foi depois consensualizado que seria averiguado junto do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como se faria a participação institucional dos Deputados e se haveria distribuição prévia das conclusões da avaliação.

Os Grupos Parlamentares confirmaram a presença dos Deputados Ana Rita Bessa (CDS-PP), Margarida Mano (PSD), Porfírio Silva (PS) e Luís Monteiro (BE), tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) informado que indicariam depois o Deputado do PCP.

4. Audiência à Ordem dos Psicólogos, sobre intervenção das/os psicólogas/os em contexto educativo

A Presidente em exercício deu as boas vindas à delegação da Ordem dos Psicólogos (identificada na [página da Comissão](#)) e lembrou a grelha de tempos da reunião.

Os representantes da Ordem distribuíram um documento com a respetiva intervenção (que está disponível na [página da Comissão](#)) e referiram o seguinte, em síntese:

1. A Ordem tem vindo a trabalhar com a Direção Geral de Educação e a dar contributos sobre matérias dos psicólogos e questões educativas;
2. Destacaram o Referencial Técnico para os Psicólogos Escolares e manifestaram preocupação por ainda não estar publicado, realçando a importância da prevenção e a necessidade de ligação ao Serviço Nacional de Saúde;
3. Já publicaram o perfil do psicólogo na educação;
4. Lançaram a Campanha Escola Saudavelmente, para promover a responsabilidade, envolvimento e participação social e colaborar na promoção de políticas saudáveis na escola, tendo atribuído selos a cerca de 90 escolas com boas práticas a nível psicológico;
5. São questões pendentes, o número de psicólogos nas escolas, não obstante o reforço de mais 200 este ano, ao abrigo de apoios comunitários e o compromisso de mais 100 no próximo ano letivo;
6. E o vínculo dos psicólogos, propondo a abertura de lugares do quadro, para suprir as necessidades permanentes e permitir a continuidade dos psicólogos e do trabalho desenvolvido.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD) realçando a importância da participação dos psicólogos na escola e enfatizando a Campanha Escola Saudavelmente. Saliou que é importante que a escola pense sobre si própria e perguntou que critérios e situações foram avaliadas para atribuição do selo de boas práticas. Questionou ainda o que inclui o Referencial Técnico para os psicólogos e o perfil do psicólogo e qual o número de psicólogos por escola que consideram necessário, bem como os que estão em falta.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu que o PS faz uma clara aposta na escola inclusiva, com psicólogos, já reforçou o número dos mesmos, continuando atento às necessidades transmitidas pelas escolas e o Governo está a investir na mudança. Perguntou ainda que avaliação fazem relativamente à orientação vocacional que fazem em relação aos alunos.

A Deputada Joana Mortágua (BE) registou o aumento de psicólogos atribuídos este ano e perguntou qual o número que consideram necessário. Realçou depois o papel do psicólogo a nível do papel cívico dos alunos, do *bullying* e do excesso de valorização dos resultados escolares, da competição e da individualização dos alunos. Considerou que a estabilidade do vínculo é essencial ao bom desempenho dos psicólogos e informou que apresentaram um projeto de resolução sobre a matéria. A terminar, perguntou que avaliação fazem do PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) considerou que os psicólogos são um recurso permanente, que deve ter estabilidade e o seu número é insuficiente, verificando-se que há escolas com 2.000 alunos que só têm um psicólogo.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu que a escola deve permitir a igualdade de oportunidades e realçou a importância da participação dos psicólogos em contexto escolar. Informou depois que apresentaram várias iniciativas na matéria, para assegurarem a estabilidade do pessoal. Referiu que há cinco anos foi feito um estudo em que foram registadas as dificuldades de intervenção dos psicólogos, nomeadamente por intervirem em vários níveis de ensino e escolas e perguntou se as questões se mantêm. Referiu depois que o cumprimento do rácio será analisado com as restantes matérias e defendeu a estabilização do recrutamento com uma previsão anual de verba no Orçamento do Estado e não só com verbas comunitárias.

Na sequência das perguntas e consideração feitas, os membros da Ordem referiram o seguinte:

1. As recomendações internacionais apontam para um rácio indicativo de 1 psicólogo para um número de 500 a 800 alunos e o mesmo deve atender aos contextos, podendo haver casos de necessidade de um reforço particular;
2. O reforço deste ano foi um passo importante;
3. A intervenção na orientação vocacional pode ser ajudada pelo Referencial Técnico, com definição de áreas a tratar pela escola;
4. O psicólogo tem muitas atividades individuais e remediativas, ficando com pouco tempo para uma atuação preventiva;
5. Há necessidade de formação permanente dos psicólogos;
6. O psicólogo deve ter um papel mais alargado, havendo necessidade de intervir a nível da sustentabilidade e da coesão;
7. Realçaram a importância do papel do psicólogo no ensino superior, salientando que neste nível de ensino o número de psicólogos ainda é mais baixo;

8. Alguns psicólogos ficarão fora do PREVPAP;
9. Vão fazer um novo inquérito/censos este ano, para atualizarem a informação respeitante aos psicólogos;
10. A orientação vocacional envolve mais coordenação com a escola;
11. Há necessidade de pensar as políticas educativas em função da realidade da escola e procurando que a mesma seja mais inclusiva e que haja mais medidas preventivas;
12. Houve 253 escolas a concorrerem no âmbito da Campanha Escola Saudavelmente e foram atribuídos 93 selos de boas práticas.

A gravação áudio da reunião e o documento entregue pelo Presidente da Ordem estão disponíveis na [página da Comissão](#).

5. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

5.1. Petição Nº 440/XIII/3 - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo o PSD informado que indicaria posteriormente o respetivo Deputado relator.

6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

6.1. Petição 360/XIII/2.ª - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

A Deputada Manuela Tender (PSD), relatora da petição, referiu que foi pedida a pronúncia de várias entidades, nenhuma tendo respondido e os peticionários manifestaram a sua estranheza por esta situação e por não haver nenhuma reação. Nesta sequência, foi consensualizado insistir junto das entidades e depois analisar.

7. Fixação de redação final de Projetos de Resolução aprovados

7.1. Proposta de texto de fusão para os seguintes projetos de resolução:

- **Projeto de Resolução n.º 1156/XIII/3.ª (PAN)** — Recomenda ao Governo que elabore orientações, com carácter vinculativo, sobre a organização e o funcionamento dos bufetes escolares, assegurando uma maior qualidade das refeições fornecidas;
- **Projeto de Resolução n.º 1162/XIII/3.ª (PCP)** — Recomenda ao Governo que assegure uma boa gestão das cantinas escolares.

A proposta de texto de fusão, em que foi introduzida uma alteração no título, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7.2. Projeto de Resolução n.º 1194/XIII/3.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a promoção de medida de apoio aos bolsiros de investigação, nomeadamente a atualização do valor das bolsas de investigação científica.

A proposta de redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7.3. Proposta de texto de fusão para os seguintes projetos de resolução:

- **Projeto de Resolução n.º 1172/XIII/3.ª (PCP)** - Propõe medidas de combate à precariedade e contratação efetiva dos técnicos especializados na escola pública;
- **Projeto de Resolução n.º1173/XIII/3.ª (PCP)** – Recomenda a criação dos grupos de recrutamento que correspondam às funções de docência dos técnicos especializados;
- **Projeto de Resolução n.º1176/XIII/3.ª (BE)** - Valorização e dignificação dos técnicos especializados das escolas públicas;
- **Projeto de Resolução n.º1179/XIII/3.ª (PEV)** - Combate à precariedade contratual de técnicos especializados na escola pública.

A proposta de texto de fusão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7.4. Projeto de Resolução n.º 1175/XIII/3.ª (BE) - Avaliação das consequências do processo de fusão das carreiras da Administração Pública nas escolas

A proposta de redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião

- 31 de janeiro de 2018, 10h

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
André Pinotes Batista
Diogo Leão
Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos
Nilza de Sena
Susana Amador